

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019	9
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	11
---	----

Notas Explicativas	12
--------------------	----

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	24
---	----

Proposta de Orçamento de Capital	25
----------------------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	26
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	27
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	29
---	----

Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)	30
---	----

Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)	31
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	32
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	33
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	53.650
Preferenciais	0
Total	53.650
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
1	Ativo Total	1.466	1.107	8.626
1.01	Ativo Circulante	1.466	1.107	8.626
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.431	1.107	8.626
1.01.06	Tributos a Recuperar	35	0	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
2	Passivo Total	1.466	1.107	8.626
2.01	Passivo Circulante	9.775	0	0
2.01.02	Fornecedores	3.091	0	0
2.01.03	Obrigações Fiscais	6.684	0	0
2.02	Passivo Não Circulante	18.022	0	0
2.02.02	Outras Obrigações	18.022	0	0
2.03	Patrimônio Líquido	-26.331	1.107	8.626
2.03.01	Capital Social Realizado	53.650	53.650	10.000
2.03.02	Reservas de Capital	91.441	28.964	23.650
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	91.441	28.964	23.650
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-171.422	-81.507	-25.024

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-88.151	-55.497	-23.763
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-88.151	-55.497	-23.763
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-88.151	-55.497	-23.763
3.06	Resultado Financeiro	-1.764	-986	-1.261
3.06.02	Despesas Financeiras	-1.764	-986	-1.261
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-89.915	-56.483	-25.024
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-89.915	-56.483	-25.024
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-89.915	-56.483	-25.024

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Unidade)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
4.01	Lucro Líquido do Período	-89.915	-56.483	-25.024
4.03	Resultado Abrangente do Período	-89.915	-56.483	-25.024

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-62.153	-56.483	-25.024
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-62.153	-56.483	-25.024
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	62.477	48.964	32.650
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	324	-7.519	7.626
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.107	8.626	1.000
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.431	1.107	8.626

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	53.650	28.964	0	-81.507	0	1.107
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	53.650	28.964	0	-81.507	0	1.107
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	62.477	0	0	0	62.477
5.04.01	Aumentos de Capital	0	0	0	0	0	62.477
5.04.08	Adiantamento para futuro aumento de capital social	0	62.477	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-89.915	0	-89.915
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-89.915	0	-89.915
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	53.650	91.441	0	-171.422	0	-26.331

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	10.000	0	0	-25.024	23.650	8.626
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	10.000	0	0	-25.024	23.650	8.626
5.04	Transações de Capital com os Sócios	43.650	5.314	0	0	0	48.964
5.04.01	Aumentos de Capital	0	48.964	0	0	0	48.964
5.04.08	Conversão de AFAC	43.650	-43.650	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-56.483	0	-56.483
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-56.483	0	-56.483
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	53.650	5.314	0	-81.507	23.650	1.107

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	1.000	0	0	0	0	1.000
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	1.000	0	0	0	0	1.000
5.04	Transações de Capital com os Sócios	9.000	0	0	0	0	9.000
5.04.01	Aumentos de Capital	9.000	0	0	0	0	9.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-25.024	23.650	-1.374
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-25.024	0	-25.024
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	0	23.650	23.650
5.05.03.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	23.650	23.650
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	SalDOS Finais	10.000	0	0	-25.024	23.650	8.626

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Unidade)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-88.151	-55.497	-23.763
7.02.04	Outros	-88.151	-55.497	-23.763
7.03	Valor Adicionado Bruto	-88.151	-55.497	-23.763
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-88.151	-55.497	-23.763
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-88.151	-55.497	-23.763
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-88.151	-55.497	-23.763
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	1.764	986	1.261
7.08.03.03	Outras	1.764	986	1.261
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-89.915	-56.483	-25.024
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	-89.915	-56.483	-25.024

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

FILADÉLFIA SECURITIZADORA S/A
CNPJ: 31.907.982/0001-23

São Paulo – SP, 16 de março de 2022.

Aos acionistas da

FILADÉLFIA SECURITIZADORA S/A

Senhores Acionistas,

A Administração da **FILADÉLFIA SECURITIZADORA S/A**, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, com o Relatório dos Auditores Independentes relativas ao período encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Em atendimento a instrução CVM nº 381 de 14 de janeiro de 2003, informamos que a empresa Audifactor Auditores Independentes S/S foi contratada pela Companhia, para prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras, e não prestou, desde a sua contratação serviços não relacionados à auditoria externa.

Informamos ainda, que as referidas demonstrações financeiras têm o objetivo específico de atender aos requisitos no processo de registro da Companhia perante a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), conforme disposto nos artigos 25 e 26 da INCVM 480/09.

Atenciosamente,

FILADÉLFIA SECURITIZADORA S/A
Diretor Presidente
João Baptista Peixoto Neto

Notas Explicativas

FILADÉLFIA SECURITIZADORA S/A

CNPJ: 31.907.982/0001-23

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

1) Contexto Operacional

A AAJR SECURITIZADORA DE CRÉDITOS IMOBILIÁRIOS S.A., é uma sociedade anônima de capital aberto criada em 22 de agosto de 2018, tendo sua razão social alterada para FILADÉLFIA SECURITIZADORA S/A em 02 de junho de 2020, e tem como objetivo social a exploração do negócio de securitização de direitos creditórios comerciais, industriais, financeiros, agronegócio e imobiliários, assim compreendida a compra, venda e prestação da respectivas garantias em créditos imobiliários; emissão e colocação no mercado público ou privado (sem intermediação de instituição financeira) de títulos e valores mobiliários e de certificados de recebíveis imobiliários ("CRI") e certificados de recebíveis do agronegócio ("CRA"); prestação de serviços e realização de outros negócios referentes a operações de créditos imobiliários, de acordo com a Lei 9.514 de 20.11.1997 e das normas que vierem a alterá-la, substituí-la ou complementá-la; realizar negócios e prestação de serviços de seleção, administração e cobrança de direitos de créditos lastreados nos títulos e valores mobiliários relacionados à atividade de securitização de créditos; prestação de serviços de análise de crédito, cobranças extrajudiciais, informações cadastrais e atividades de administração de carteira de títulos e valores para terceiros. A companhia é tributada pelo lucro real e tem sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Minas de Prata, nº 30, 8º andar, conjunto 82 B, bairro Vila Nova Conceição – CEP: 04.552-080.

As demonstrações financeiras da Companhia relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2021 foram autorizadas pelo conselho de administração em 16 de março de 2022.

2) Riscos

2.1 Risco de mercado:

Este tipo de risco está ligado à perspectiva de eventos adversos, que impactem os preços dos ativos transacionados e/ou sua liquidez. Esse risco está associado a variáveis macros sistêmicas, como inflação, taxas de juros, taxas de câmbio e outras.

2.2 Política anti-inflacionária:

No passado, o Brasil apresentou índices extremamente elevados de inflação e vários momentos de fragilidade nos controles inflacionários. As medidas do Governo

Notas Explicativas

FILADÉLFIA SECURITIZADORA S/A
CNPJ: 31.907.982/0001-23

Federal realizadas para combate e controle da meta de inflação contribuem para a incerteza econômica e aumentam a volatilidade das taxas de juros dos títulos. Essas medidas podem, no futuro, ter um efeito material desfavorável sobre a economia e sobre os ativos que lastreiam as Debêntures emitidas pela Companhia.

2.3 Risco institucional:

Este risco está associado à possibilidade de eventos adversos em âmbito da legislação, da regulamentação, do auto regulação (a cargo dos próprios agentes do mercado considerado) e do cumprimento dos contratos. Eventos como mudança na legislação tributária ou em regras estabelecidas por uma entidade reguladora se enquadram nessa modalidade de risco.

2.4 Risco fiscal

A política fiscal é o conjunto de medidas tomadas pelo governo para que haja estabilização da economia, redistribuição de renda e a alocação dos recursos. Seguindo estes parâmetros, o governo planeja para 2022 alcançar a meta fiscal, aumentar investimentos e retomar o crescimento do país.

2.5 PIS/ COFINS:

São tributos que tem a mesma base de cálculo e forma de cobrança similar, não justificando então duas contribuições com legislações próprias e quase idênticas. Assim, já é esperada a unificação dos impostos para 2022, receando, entretanto, o mercado com a expectativa de aumento das alíquotas. Havendo mudança no imposto existe o risco da operação da Companhia sofrer um impacto direto, uma vez que suas receitas brutas são tributas pelo PIS/COFINS e atualmente estão enquadradas conforme as pessoas jurídicas referidas nos §§ 6º e 8º do Art. 3 da Lei 9.718/1998. Se aprovado os impostos deixarão de terem o efeito da “não cumulatividade” elevando demasiadamente as alíquotas – PIS de 0,65% para 1,65% e COFINS de 4% para 7,6% – ocasionando também em um encarecimento da operação e possível fuga de clientes.

2.6 Risco Operacional:

Associado à possibilidade de eventos adversos intrinsecamente associados aos participantes do mercado, empresas e demais entidades, tal risco está ligado a práticas internas de gestão e a processos organizacionais.

Notas Explicativas

FILADÉLFIA SECURITIZADORA S/A
CNPJ: 31.907.982/0001-23

2.7 Direitos Creditórios:

O principal risco incidido sobre a Companhia refere-se a possível redução dos recebimentos dos devedores de direitos creditórios causado pela instabilidade no ambiente econômico. Especialistas afirmam que em um cenário de extrema crise econômica, os recebimentos possam sofrer redução de até 50%.

2.8 Risco de Crédito:

O risco de crédito está associado à possibilidade de uma das partes de uma transação não cumprir sua obrigação com as demais, deixando de honrar compromisso financeiro assumido.

2.9 Inadimplência:

O quadro de recessão na economia afeta diretamente o ritmo de negócios e a geração de caixa das empresas. Consequentemente gera um aumento da taxa de juros por conta do cenário inflacionado e um aumento das restrições para se obter crédito, resultando assim, no aumento das taxas de inadimplência.

Com o aumento significativo da inadimplência é possível que os devedores dos créditos negociados com a Companhia não tenham capacidade de cumprir com suas obrigações e, como o pagamento dos investidores das Debêntures emitidas pela Companhia está baseado no pagamento dos direitos creditórios, isto pode alterar o retorno previsto pelos investidores.

3) Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas Práticas Contábeis brasileiras que compreendem a legislação societária brasileira, os Pronunciamentos, as Interpretações e as Orientações emitidas pelo CPC e homologados pelos órgãos reguladores, e práticas adotadas pelas entidades em assuntos não regulados, desde que atendam ao ***“Pronunciamento Conceitual Básico Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis emitido pelo CPC”*** e, por conseguinte, em consonância com as normas contábeis internacionais.

Notas Explicativas

FILADÉLFIA SECURITIZADORA S/A
CNPJ: 31.907.982/0001-23

Continuidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas tendo como premissa que a Companhia está em atividade, e, assim irá manter-se por um futuro previsível, e ainda que existe o firme propósito de continuar suas atividades e que não se visualizou qualquer probabilidade de descontinuidade. Ainda para o lapso de doze meses, da data das demonstrações contábeis, não ficou caracterizada, por qualquer forma, inclusive por vontade da administração, a redução drástica na escala de suas operações.

4) Principais práticas contábeis

As demonstrações financeiras são elaboradas com o apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras são apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, provisão para receitas incorridas que ainda não foram faturadas, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões.

4.1 Moeda funcional

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, sendo o Real (R\$) a moeda funcional da Companhia.

4.2 Reconhecimento de receita

i. Prestação de serviços

A receita de prestação de serviços é reconhecida com base na execução dos serviços previstos nos contratos celebrados entre as partes ou na própria conclusão dos mesmos, ou seja, quando os riscos significativos e os benefícios são transferidos para o comprador. Quando o resultado do contrato não puder ser medido de forma confiável, a receita é reconhecida apenas na extensão em que as despesas incorridas puderem ser recuperadas.

Notas Explicativas

FILADÉLFIA SECURITIZADORA S/A
CNPJ: 31.907.982/0001-23

ii. Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica “Receita financeira” nas demonstrações do resultado.

iii. Receita de securitização

O *spread* da operação decorre, basicamente, da diferença entre o preço pago pela Companhia na aquisição do crédito e o preço de colocação das debêntures aos investidores. Em outras palavras, a Companhia adquire o lastro de crédito, aplicando determinado fator que somente será em parte repassada como forma de remuneração, de modo que a diferença observada entre as taxas consiste no *spread* realizado.

4.3 Reconhecimento de despesas

As despesas foram reconhecidas no resultado à medida da sua realização através do regime de competência. Foram reconhecidas simultaneamente com as receitas quando com estas tinham vínculo, em conformidade com o previsto na ITG 2000 (R1) emitida pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade.

4.4 Impostos e contribuições

i. Imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social sobre o lucro líquido – correntes

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) são calculados com base nas alíquotas vigentes (15% para o IRPJ, 10% para o adicional de IRPJ sobre o lucro excedente a R\$ 240.000 por ano e 9% de CSLL) e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social para fins de determinação de exigibilidade, quando aplicável. Portanto, as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas,

Notas Explicativas

FILADÉLFIA SECURITIZADORA S/A

CNPJ: 31.907.982/0001-23

temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

ii. Imposto sobre serviços

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - Seguindo a Lei 10.684/2003, a alíquota da COFINS fica elevada para 4% (quatro por cento) para as pessoas jurídicas referidas nos §§ 6º e 8º do Art. 3 da Lei 9.718/1998. Entre elas as **sociedades de crédito imobiliário**.
- Programa de Integração Social (PIS) – 0,65%
- Imposto Sobre Serviços (ISS) – 2% a 5%;

4.5 Instrumentos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração

i. Ativos financeiros – reconhecimento e mensuração

Os ativos financeiros da Companhia são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado a valor justo, acrescidos dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro, que é composto pelo caixa e equivalentes de caixa, bancos conta movimento e aplicações de liquidez imediata.

4.6 Ajuste a Valor Presente (AVP) de ativos e passivos

A Companhia não pratica transações significativas a prazo com valores pré-fixados. Assim, os saldos dos direitos e das obrigações são mensurados nas datas de encerramento dos exercícios por valores próximos aos respectivos valores presentes.

4.7 Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de “impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas,

Notas Explicativas

FILADÉLFIA SECURITIZADORA S/A CNPJ: 31.907.982/0001-23

operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

A Administração avaliou o efeito deste procedimento e, nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro 2021 não identificou ajustes a serem contabilizados.

4.8 Provisão para redução ao valor de recuperação de direitos creditórios

Os direitos creditórios são classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, que requer a análise da carteira quanto ao atraso das operações, conforme regras e procedimentos definidos na Instrução normativa 1.700 da Receita Federal em seu art. 71.

4.9 Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses, caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

4.10 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou

Notas Explicativas

FILADÉLFIA SECURITIZADORA S/A

CNPJ: 31.907.982/0001-23

outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

4.11 Tributos a compensar

Uma vez identificado valores de tributos passíveis de compensação, seja por recolhimento indevido ou a maior, tais valores devem ser contabilizados em contas do ativo, com a corresponde atualização, de acordo com a legislação de regência. Para efeito de contabilização e cômputo na base de cálculo do IRPJ e da Contribuição Social Sobre o Lucro, os juros devem ser apropriados pelo regime de competência.

A empresa deverá manter controles extracontábeis dos créditos a compensar, bem como dos valores dos juros apropriados e dos valores compensados, para fazer prova frente a possíveis questionamentos por parte do Fisco.

4.12 Informações por segmento

O CPC 22 requer que as operações por segmento sejam identificadas com base em relatórios internos utilizados pelos tomadores de decisão com a finalidade de alocar recursos aos segmentos e avaliar sua performance. A Administração efetuou a análise mencionada e concluiu que a Companhia opera em um único segmento (securitização de créditos) e por isso não há a necessidade de nenhuma divulgação adicional.

4.13 Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes na data-base das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas**FILADÉLFIA SECURITIZADORA S/A**
CNPJ: 31.907.982/0001-23

Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

4.14 Evento Subsequente

A Companhia realizou uma análise em todos os eventos subsequentes, favoráveis, desfavoráveis, relevantes que pudessem influenciar significativamente o seu desempenho, com uma atenção especial no quesito da continuidade. Após esta análise nenhum evento importante e impactante foi constatado. Assim nenhum ajuste de saldo se fez necessário e nenhum fato importante para divulgação foi identificado em decorrência de eventos subsequentes.

5) Caixa e Equivalentes de Caixa

O Caixa e equivalentes de caixa incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa, se aplicável. O caixa e equivalentes de caixa existentes na sociedade compõem-se da seguinte forma:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Banco do Brasil – Conta Impessoal	1.000	1.000
Itaú Unibanco	291	
Bradesco	1	1
Aplicações financeiras	139	106
Total de caixa e equivalentes de caixa	1.431	1.107

6) Obrigações com fornecedores

O saldo de “Fornecedores” está assim disposto:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Fornecedores nacionais	3.091	
Total de Fornecedores	3.091	-

Notas Explicativas**FILADÉLFIA SECURITIZADORA S/A**
CNPJ: 31.907.982/0001-23**7) Obrigações tributárias**

A conta de “Obrigações tributárias” está composta da seguinte maneira:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
IRRF a recolher	97	
CRF a recolher	302	
Outros impostos a pagar	6.285	
Total de Obrigações tributárias	6.684	-

8) Outras obrigações

O saldo da conta “Outras obrigações” é composto por operações entre partes relacionadas, e está assim disposto:

Descrição	31/12/2021	31/12/2020
Partes relacionadas	18.022	
Total de Outras obrigações	18.022	-

9) Patrimônio Líquido – Passivo a descoberto

Capital Social - O Capital Social totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 53.650,00 (cinquenta e três mil e seiscentos e cinquenta reais), representado por 53.650 (cinquenta e três mil e seiscentas e cinquenta) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

AFAC (Adiantamento para Futuro Aumento de Capital) - A companhia possui o valor de R\$ 91.441,02 (noventa e um mil e quatrocentos e quarenta e um reais e dois centavos) em adiantamento para futuro aumento de capital, sendo que esse valor será convertido em aumento de capital, no entanto, permanece a disposição da assembleia geral.

Prejuízos Acumulados – A companhia possui um saldo de R\$ 81.506,78 (oitenta e um mil e quinhentos e seis reais e setenta e oito centavos) de prejuízos acumulados.

Resultado do Exercício – No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia obteve um prejuízo no valor de R\$ 89.915,30 (oitenta e nove mil e

Notas Explicativas**FILADÉLFIA SECURITIZADORA S/A**
CNPJ: 31.907.982/0001-23

novecentos e quinze reais e trinta centavos) que serão revertidos à medida que a Companhia prosperar suas operações.

10) Resultado Operacional Líquido

O Resultado Operacional é composto de receitas operacionais deduzidas às despesas operacionais, composto por:

Lucro antes do Resultado Financeiro	31/12/2021	31/12/2020
Receitas operacionais	-	-
Despesas Operacionais	(88.151)	(55.497)
Despesas Gerais e Administrativas	(88.151)	(55.497)
Total das despesas operacionais	(88.151)	(55.497)

11) Resultado financeiro

O resultado financeiro é composto de receitas financeiras deduzidas às despesas financeiras, que estão assim compostas:

Resultado financeiro líquido	31/12/2021	31/12/2020
Receitas financeiras	-	-
Despesas financeiras	(1.764)	(986)
Despesas Bancárias	(1.764)	(986)
Resultado financeiro líquido	(1.764)	(986)

Notas Explicativas

FILADÉLFIA SECURITIZADORA S/A
CNPJ: 31.907.982/0001-23

Valorização dos instrumentos financeiros:

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos em 31 de dezembro de 2021, bem como os critérios para sua valorização, são descritos a seguir:

Caixa e equivalentes de caixa (nota 5): os saldos mantidos em contas correntes bancárias e contas de aplicações financeiras encontram-se ajustados de acordo com o valor da cota divulgada;

São Paulo - SP, 16 de março de 2022.

João Baptista Peixoto Neto
Diretor Presidente

João Paulo Guedes do Nascimento Santos
Contador
CRC SP 320840/O-9

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

A empresa declara que não há comentários sobre o comportamento das Projeções Empresarias.

Proposta de Orçamento de Capital

A Companhia declara não possuir proposta de Orçamento de Capital.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

A Companhia declara que não há outras informações consideradas relevantes.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Aos
Acionistas e Administradores da
FILADÉLFIA SECURITIZADORA S/A
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da FILADÉLFIA SECURITIZADORA S/A, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da FILADÉLFIA SECURITIZADORA S/A, em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

A companhia encontra-se em fase pré-operacional, razão pela qual, não possui movimentação de produtos ou serviços oferecidos ao mercado, por este motivo, não relacionamos outros “principais assuntos de auditoria” que julgássemos necessário o destaque em nosso relatório.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

Informações correspondentes sobre as demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as informações correspondentes relativas às demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais, referentes ao período de 31 de dezembro de 2021 elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas demonstrações é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis correspondentes individuais tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito de valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência da auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Blumenau-SC, 17 de março de 2022.

Audifactor Auditores Independentes S/S
CRC/PR 005560/O-1 T-SC “S” SP
Juliano dos Santos Machado – Sócio
Contador – CRC/PR 051.229/O-8 “S” SP

Audifactor Auditores Independentes S/S
CRC/PR 005560/O-1 T-SC "S" SP
Sidení Moratelli – Sócio Responsável
Contador – CRC/SC – 19.206/O-7 "S" SP

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

A companhia declara que não possui Conselho Fiscal.

Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

A companhia declara que não possui Comitê de Auditoria.

Pareceres e Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)

A companhia declara que não possui Comitê de Auditoria.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em cumprimento à Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, a Diretoria DECLARA ter revisto, discutido e concordado integralmente com as demonstrações financeiras da Companhia referente ao período findo em 31 de dezembro de 2021.

São Paulo - SP, 17 de março de 2022.

DIRETORIA

João Baptista Peixoto Neto
Diretor Presidente/Diretor de Relações com Investidores
Valdemir Batista de Anunciação
Diretor Vice-Presidente

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Em cumprimento à instrução CVM nº 480, de 7 de setembro de 2009, a Diretoria DECLARA ter visto, discutido e concordado com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia de 17 de março de 2022., referente ao período de 31 de dezembro de 2021.

São Paulo - SP, 17 de março de 2022.

DIRETORIA

João Baptista Peixoto Neto
Diretor Presidente/Diretor de Relações com Investidores
Valdemir Batista de Anunciação
Diretor Vice-Presidente